

35 - PEDAGOGICAL PRACTICES OF THE PHYSICAL EDUCATION TEACHER WITH CHILDREN WITH DISABILITIES IN CHILD EDUCATION

GERSON FALCÃO ACOSTA-UCDB
MESTRANDO EM EDUCAÇÃO PPGE/UCDB
CAMPO GRANDE/ MS- BRASIL
gersonfalcao@hotmail.com

doi:10.16887/91.a1.35

INTRODUÇÃO

Este artigo advém de estudos desenvolvidos na disciplina “Infância, Educação Infantil e Docência”, do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPPGE) da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB. Leituras e debates foram realizados com base em temáticas articuladas e discutidas na linha de pesquisa “Práticas Pedagógicas e suas Relações com a Formação Docente”.

O texto tem por objetivo tecer considerações acerca de práticas pedagógicas do professor de Educação Física com crianças da Educação Especial na Educação Infantil. A tarefa docente consiste em desenvolver diferentes atividades pedagógicas com vistas ao desenvolvimento das crianças como um todo, intencionalmente, e consciente de que o direcionamento dessas práticas é imprescindível para que essas crianças se conheçam, testem seus limites, adquiram habilidades, movimentos primários e criem novos vínculos de afetividade, valores que auxiliam a superar suas dificuldades. Nesse sentido, o professor de Educação Física pode ampliar os conhecimentos relacionados às formações culturais das crianças, olhando-as e orientando-as por meio dos conceitos de jogos e brincadeiras.

A EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL, O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O Profissional de Educação Física utiliza diagnóstico, define procedimentos, ministra, orienta, desenvolve, identifica, planeja, coordena, supervisiona, leciona, assessora, organiza, dirige e avalia as atividades físicas, desportivas e similares, sendo especialista no conhecimento da atividade física e motricidade humana nas suas diversas manifestações e objetivos, de modo a atender às diferentes expressões do movimento humano. Nesse sentido, deve considerar o contexto social e histórico-cultural, as características regionais e os distintos interesses e necessidades, com competências e capacidades de identificar, planejar, programar, coordenar, supervisionar, assessorar, organizar, lecionar, desenvolver, dirigir, dinamizar, executar e avaliar serviços, programas, planos e projetos, bem como, realizar auditorias, consultorias, treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares, informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas das atividades físicas, do esporte e afins.

O Conselho Federal de Educação Física 1998 (CONFED), em seu 2º Capítulo, Art. 9º, prevê que o profissional de Educação Física é conhecedor de atividades físicas, nas suas várias manifestações, sendo de sua competência proporcionar o desenvolvimento da educação e da saúde.

Para Tani (2001), deve-se entender a importância do profissional de Educação Física, especialmente nas séries iniciais, atuando de modo a estimular as crianças a continuarem ativas e

praticarem exercícios nos anos escolares a também fora do meio escolar. Freire (1996) diz ser essencial que o professor leve a sério a sua formação e que busque a competência profissional para que se sinta seguro no exercício da função, deve estar interligada a isso a generosidade que facilita a aproximação do aluno. O sucesso da prática docente está, diretamente, ligado à postura do professor. A formação do mesmo não pode ser ao acaso, ele deve ter o pleno domínio e discernimento de suas atitudes e das formas de intervenção.

A relação professor–aluno, como qualquer relação entre pessoas, não é unidirecional, nem mesmo quando se trata de crianças pequenas, como em uma pré-escola. A relação supõe participação ativa de ambas as partes, o que envolve acordos e desacordos. É através do embate entre parceiros que a criança vai construindo sua visão de mundo (HOFFMANN, 2002). O professor de Educação Física não deve resumir o seu trabalho somente ao desenvolvimento motor, que enquadra as crianças em padrões de movimento. Mas deve considerar a ação corporal, facilitar os relacionamentos interpessoais e com o meio ambiente. O especialista da educação física deverá ser um estudioso da ação corporal (FREIRE, 1997).

A respeito da atuação do professor de Educação Física na Educação Infantil, autores como Arantes (1990), Bohme (1985) e Ferraz (2000) realizaram diferentes pesquisas com professores do extinto magistério. Eles perceberam a importância da Educação Física na idade pré-escolar, no sentido de auxiliar o desenvolvimento uno e global da criança, integrando os aspectos motor, afetivo, social e cognitivo, por meio da atividade física orientada. Quanto à formação docente, eles perceberam que os professores de magistério que há viam, eram despreparados; em outros casos, tal profissional era ausente.

Para Oliveira (2002) é bem admirável que o professor de Educação Física perceba bem o que é a criança, como ela se move como aprende e como manifesta seus sentimentos e emoções. Em função dessas distinções que o professor vai colocar os objetivos do conteúdo e o método de ensino a ser ensinado para as crianças. O professor sempre necessitará trabalhar de acordo com a prática de desenvolvimento motor, buscando continuamente a melhor condição de domínio do movimento da criança.

A Educação Física na Educação Infantil ainda se tem muitos desafios a vencer, a fim de formar, criar e gerar pessoas de direitos, que produzem cultura e que se satisfazem do seu processo de desenvolvimento e socialização.

EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Grandes passos já têm sido dados em relação às crianças da educação infantil, principalmente com relação ao acesso a essa etapa educacional, considerada direito das crianças de até cinco anos de idade, em especial as crianças com deficiência. Sarmento, Fernandes e Tomás (2007) expõem que as políticas públicas têm efeitos geracionais diferenciados, e que a infância foi edificada, historicamente, nos últimos séculos, por meio da sucessiva exclusão das crianças de esferas sociais de influência: o trabalho, o convívio social com adultos fora do círculo familiar, a participação na vida comunitária e política. Em outras palavras Sarmento, Fernandes e Tomás comentam:

A infância é especialmente prejudicada, entre todos os grupos e categorias sociais excluídas, quer pela relativa invisibilidade face às políticas públicas e aos seus efeitos, quer por que é geralmente excluída do processo de decisão na vida colectiva (SARMENTO; FERNANDES; TOMÁS, 2007, p. 183).

As crianças com deficiência necessitam de um trabalho com movimento direcionado às suas características, engajado com o trabalho dos demais componentes curriculares da Educação Infantil, para que a Educação Física seja percebida relacionada com a vida e com a aquisição de conhecimentos dessas crianças, e não apenas com o esporte e a saúde. Dessa forma, faz-se necessário reforçar a importância da Educação Física na Educação Infantil para o desenvolvimento de todas as crianças, assim como as contribuições dessa disciplina, quando ministrada por um professor especialista na área.

A partir do século XIX e início do século XX deu-se início à Educação Física escolar no Brasil, passando a ser defendida como uma necessidade inspiradora para os meios educacionais. Conforme se verifica, portanto, a Educação Física tem uma história de um pouco mais de um século, no País. Na concepção atual, o trabalho na área de Educação Física tem seus fundamentos nos conceitos de corpo e movimento (BRASIL, 2000).

Com base nos PCN, é possível considerar que a Educação Física contempla, atualmente, vários conhecimentos produzidos e que promovem benefícios, às pessoas, em relação ao corpo e ao movimento. São consideradas fundamentais as atividades culturais de movimento com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções, e com possibilidades de promover, recuperar, manter a saúde e o desenvolvimento humano (BRASIL, 2000).

A Educação Física é compreendida como uma disciplina curricular que inclui e integra o aluno na cultura corporal, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, capacitando-o para desfrutar de jogos, esportes, danças, ginástica e lutas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida (DARIDO; SOUZA JÚNIOR, 2007).

Trata-se de um componente curricular obrigatório, assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394/96), que em seu art. 26, § 3º preconiza: “A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, devendo ser ajustada às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”. Segundo as Diretrizes para Organização da Prática Escolar na Educação Básica (SANTA CATARINA, 2001, p. 16), a Educação Física Escolar, no processo ensino-aprendizagem, deve assegurar o desenvolvimento das seguintes habilidades e competências humanas:

- a) Capacidade de entender o que é “ser corpo”, capaz de perceber, sentir, expressar, criar e dar novo sentido ao movimento humano nas suas vivências e concretudes.
- b) A partir das vivências da cultura corporal e na interação com o outro desenvolver as manifestações (dor, medo, alegria, tristeza, insegurança, prazer).
- c) A qualidade de vida também depende do conceito e do novo sentido que o sujeito possui sobre a prática da atividade física e seus benefícios.
- d) A capacidade de compreender o funcionamento bio-anátomo- fisiológico do sujeito propicia conhecer seus limites e possibilidades na prática da cultura de movimento.
- e) O conhecimento da cultura de movimento produzido historicamente pela humanidade e difundido pela Educação Física, deve ter um posicionamento crítico frente aos estereótipos impostos socialmente e influenciados pela indústria tecnológica.

Cabe ao professor oportunizar aos seus alunos a prática de movimentos necessários a seu desenvolvimento individualmente. Com o passar do tempo às crianças e as crianças com deficiência vem cada vez mais perdendo oportunidades de se exercitarem e ampliarem o repertório de movimentos por meio das aulas de Educação Física. Visto que os jogos eletrônicos e outros elementos têm ocupado boa parte do seu tempo livre, e as vezes a família não dá o apoio necessário a atividade física.

Nesse sentido, Rodrigues (2005) considera que a Educação Física em relação ao desenvolvimento da criança, no contexto escolar, tem importante papel, haja vista que as atividades, os exercícios e as brincadeiras vivenciadas nas aulas propiciam o aprimoramento das esferas cognitivas, motora e auditiva, contribuindo para o fortalecimento do organismo, melhorando as condições de saúde, desenvolvendo habilidades úteis à vida e criando hábitos culturais de higiene.

Com relação à importância da motricidade e das atividades motoras, Rosa Neto (2002, p. 56), explicita que

Estudos sobre a motricidade infantil, em geral, são realizados com objetivo de conhecer melhor as crianças e de poder estabelecer instrumentos de confiança para avaliar, analisar e estudar o desenvolvimento de alunos em diferentes etapas evolutivas. As maneiras de avaliar o desenvolvimento motor de uma criança podem ser diferentes, no entanto, nenhuma é completa nem engloba holisticamente todos os aspectos do desenvolvimento.

Outros autores apontam vantagens e relevância da motricidade para o desenvolvimento infantil. Gallahue (2005), conforme citado por Carminato (2010, p. 14), considera que “As habilidades motoras, além de determinadas pela maturação, também podem ser influenciadas pela prática, pela motivação e pela instrução”. Sendo assim, as “atividades motoras representam um fator primordial no desenvolvimento motor das crianças, tornando -se um componente fundamental para o desenvolvimento do indivíduo como organismo biológico” (MALINA, 1980 apud CARMINATO, 2010, p. 16).

Para que a coordenação motora de uma criança se desenvolva de modo satisfatório, seja no desempenho de atividades do cotidiano ou no esporte, Carminato (2010, p. 14) pontua que

É necessário um ambiente rico em estímulos que favoreçam a aquisição de experiências, pois quanto mais diversas forem as situações vividas no meio, melhor será o desenvolvimento da coordenação motora, quanto mais estimulação, maior será o desenvolvimento da criança, isso dependerá da motivação e do estímulo que terá desde o ventre da mãe.

Dentro dessa visão, o desenvolvimento físico ou motor é um processo, no comportamento humano, ao longo de todo o ciclo da vida, realizado pela interação entre as necessidades da tarefa, a biologia do indivíduo e as condições do ambiente (GALLAHUE; OZMUN, 2001).

Historicamente, a Educação Física, quando de seu surgimento na Educação Infantil, teve como função servir de suporte psicomotor, às crianças, por meio de atividades voltadas à área motora; esse suporte, conforme suposto, possibilitaria maior sucesso na alfabetização e melhor aprendizagem de cunho “cognitivo”. Essa perspectiva surgia vinculada aos princípios da Educação Infantil de cunho compensatório. Bracht (1999) afirma que essa proposta tem sido criticada pelo fato de não tornar a Educação Física específica, uma vez que o papel a ela atribuído é subordinado a outras disciplinas escolares. “Nessa perspectiva, o movimento é mero instrumento, não sendo as formas culturais do movimentar-se humano, consideradas um saber a ser transmitido pela escola”, afirma Bracht (1999, p. 79).

Na década de 1970 e início da década de 1980, o Ministério da Educação e Cultura divulgou por todo o Brasil a psicomotricidade como a grande novidade para a educação das crianças, considerada, naquela época, uma das

[...] grandes soluções para os inúmeros problemas que levavam ao fracasso educacional e, em sentido mais restrito, ao fracasso da alfabetização. Para tanto, era preciso treinar as habilidades: esquema corporal, percepção temporal, lateralidade, equilíbrio, entre outros que passaram a fazer parte do discurso pedagógico (SIMÃO, 2010, p. 3).

Essa mesma autora, referindo-se a Sayão (2002), observa que em relação à psicomotricidade, “além de o movimento servir de recurso pedagógico para o sucesso em outras áreas do conhecimento, era pautado em um modelo de criança universal que ‘desconhece as diferenças de gênero, etnia e classe social’” (SIMÃO, 2010, p. 3).

A autora menciona, em sua abordagem, estudos cujos autores, como Mattos e Neira (2003), que reforçam a função da Educação Física na Educação Infantil como “auxiliadora” na alfabetização, “[...] a pré-escola e a 1ª série têm grande relevância na proposição das atividades que visam ao desenvolvimento das habilidades básicas à alfabetização (percepção, lateralidade, orientação espaço-temporal, coordenação visual e motora e esquema corporal)” e acrescenta: “[...] parece-nos bastante clara a noção de que o trabalho na educação física deva caminhar na mesma direção [...]” (SIMÃO, 2010, p. 3).

A teoria do desenvolvimento/aprendizagem motora e a recreação foram apropriadas pela Educação Física e, desse modo, transformaram-se em práticas pedagógicas na Educação Infantil. A primeira reforça o modelo esportivo cujo objetivo maior é “o desenvolvimento de habilidades motoras necessárias a uma futura performance esportiva”. A segunda envolve atividades espontâneas que visam à criança em si mesma, ou atividades desarticuladas e independentes umas das outras propostas pelo professor. Na recreação, então, o propósito maior é o de compensar as energias acumuladas durante o tempo em que as crianças ficam sujeitas à “inércia da sala de aula” (SIMÕES, 2010).

A Educação Infantil, tal como concebida, prevê “a criação de condições para satisfazer as necessidades básicas da criança oferecendo-lhe um clima de bem-estar físico, afetivo-social e intelectual” (BRASIL, 1998).

Nessa etapa, a criança deve aprender a conviver com as descobertas do mundo do qual ela faz parte. Borges (1987) considera que essa fase contribui para o bom desempenho da criança, ao ingressar nas séries iniciais do Ensino Fundamental, tendo em vista a aquisição de habilidades que facilitarão sua aprendizagem nas fases posteriores de ensino. Esse autor ressalta que, entretanto, nesse período, ela não é responsável por resolver os problemas de aprendizagem.

Borges (1987) enfatiza a necessidade de se conhecer e entender as características e necessidades básicas da criança no período que antecede o escolar, haja vista que, a cada ano, a criança adquire características que se definem de acordo com a idade.

A educação inclusiva pressupõe uma escola aberta para todos, um ambiente no qual todos aprendem juntos, quaisquer que sejam as suas dificuldades. Desse modo, todas as disciplinas, em especial a educação física escolar, devem trabalhar com o propósito de abandonar a exclusão e abraçar a inclusão. Esta disciplina favorece esse processo, tendo em vista que através de atividades e brincadeiras promove a interação de todos os alunos e cria oportunidades para que pessoas com deficiência demonstrem capacidade de evoluírem em grupo (CIDADE; FREITAS, 1997).

Segundo as mesmas autoras, existem duas linhas, na educação física, voltadas a pessoas com deficiência: a educação física adaptada e a educação física inclusiva, ambas dependentes muito mais dos educadores que dos alunos. Na educação física adaptada, os estudantes com deficiência praticam atividades físicas separados dos seus colegas. Já na educação física inclusiva, todos participam das mesmas atividades propostas. Em referência a Duarte e Werner (1995), Cidade e Freitas (1997, p. 3) apontam que a Educação

Física Adaptada “é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais”. Essa linha

surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação, e prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. Por isso sabemos que, muitos professores de Educação Física e hoje atuantes nas escolas não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou a Inclusão (CIDADE; FREITAS, 1997, p. 1).

Não existem, no Brasil, legislações nem políticas públicas que sejam exclusivas para a Educação Física Inclusiva. Porém, há duas iniciativas governamentais que visam assegurar e promover condições igualitárias aos deficientes, no âmbito educacional - a Lei Brasileira de Inclusão-LBI e os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN.

A LBI, no Art. 28, § XV do Capítulo IV – Do direito à educação - prevê o seguinte: “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar” (BRASIL, 2015, p. 1).

Os PCN, na parte destinada à disciplina Educação Física estatui:

O princípio da inclusão do aluno é o eixo fundamental que norteia a concepção e a ação pedagógica da Educação Física escolar, considerando todos os aspectos ou elementos, seja na sistematização de conteúdos e objetivos, seja no processo de ensino e aprendizagem, para evitar a exclusão ou alienação na relação com a cultura corporal de movimento (BRASIL, 1998, p. 30)

A inclusão, para Cidade e Freitas (1997, p. 2), “é a modificação da sociedade como pré-requisito para que pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania”, e mais: “é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais”.

Para as autoras, na escola, essa inclusão “pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente” (CIDADE; FREITAS, 1997, p. 3). A escola, como espaço inclusivo, tem se constituído um alvo de reflexões e debates; contudo, a grande polêmica está centrada na questão de como promover, nesse espaço, a inclusão de forma responsável e eficaz.

Sabe-se, entretanto, que, por razões diversas, nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno portador de uma deficiência: professores que não se sentem preparados para atender adequadamente às necessidades desse aluno; os estudantes que não têm deficiência não foram preparados sobre como aceitar ou brincar com os colegas com deficiência.

A Educação Física Adaptada para portadores de deficiência, de acordo com Cidade e Freitas (1997, p. 2) “não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos”.

Por fim, considere-se que “todo o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitar suas limitações, promover autonomia e enfatizar o potencial no

domínio motor", conforme expõem as autoras, ao mencionarem Pedrinelli (1994). Nessa direção, o educador deve selecionar as atividades levando em conta o comprometimento motor, a idade cronológica e o desenvolvimento intelectual das crianças com necessidades especiais (CIDADE; FREITAS, 1997).

CONCLUSÃO

Não se pode achar que a Educação Física não faça parte da educação básica em qualquer de suas etapas, e com todo tipo de aluno. De acordo com Libâneo (2016), o professor precisa obter uma boa teoria para provocar a atenção em uma boa prática e transformar toda a sua ação para melhorar e se desenvolver suas ações. A diferença estará no conteúdo da disciplina, no caso da Educação Física, são manifestações corporal do movimento, influenciando em diversos sentido e valores.

Considera-se que a Educação Física sempre esteve ligada à Educação Infantil e tem um papel fundamental na Educação Especial. O professor precisa saber como administrar suas aulas, de que modo ele enxerga a criança, sem ou com deficiência. Com o passar dos anos, barreiras vêm sendo ultrapassadas, de acordo com a cultura, com a sociedade. O conceito claro da Educação Física é que ela faz parte de nossas vidas, em todas as fases.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. MEC. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 114 p.

BRASIL. **Um Computador por Aluno: a experiência brasileira**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Série Avaliação de Políticas Públicas, nº1, 2008. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: 12 set 2020.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015.

BOHME, M. T. S. **Análise da Educação Física em nível pré-escolar no município de São Paulo**. São Paulo, 1985.

BORGES, C. J. **Educação Física para a Pré-Escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1987.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Cadernos Cedes**, ano XIX, n. 48, agosto de 1999.

CARMINATO, R. A. **Desempenho motor de escolares através da bateria de teste KTK**. 2010. 99f. Dissertação (Mestrado), Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba, 2010.

- CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Educação Física e inclusão**: considerações para a prática pedagógica na escola. 1997. Disponível em: www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inclusao.pdf. Acesso em 4 jul. 2020.
- DARIDO, S. C.; SOUZA JÚNIOR, O. M. de. **Para ensinar Educação Física**: possibilidades de intervenção na escola. Campinas: Papirus, 2007.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo, Phorte Editora, 2001.
- HOFFMANN, J. **Avaliação na pré-escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. São Paulo: Ed. mediação, 2002.
- LIBÂNEO, J. C. A teoria do ensino para o desenvolvimento humano e o planejamento de ensino. **Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 353-387, maio/ago. 2016.
- OLIVEIRA, J. A. **Padrões motores fundamentais**: implicações e aplicações na educação física infantil, 2002.
- RODRIGUES, C. G. **Educação Física Infantil**: Motricidade de 01 a 06 anos. São Paulo: Phorte Editora 2005.
- ROSA NETO, F. **Manual de avaliação motora**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, Diretoria de ENSINO Fundamental. **Diretrizes para a Organização da Prática Escolar na Educação Básica**: Ensino Fundamental e Ensino Médio, 2000.
- SARMENTO, M. J.; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. Políticas Públicas e participação infantil. **Educação, Sociedade, Culturas**. n. 25, p. 183-206, 2007.
- SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: Ed. WVA, 1997.
- SAYÃO, D. T. Infância, prática de ensino de Educação Física e Educação Infantil. In: VAZ, A. F.; SAYÃO, D. T.; PINTO, F. M (Orgs.). **Educação do corpo e formação de professores**: reflexões sobre a prática de ensino de Educação Física. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.
- SIMÃO, M. B. Educação Física na Educação Infantil: refletindo sobre a “hora da educação física. In: **Educação Física um mundo a descobrir**. Dezembro de 2010. Disponível em: <https://educacaoinfantilummundoadescobrir.blogspot.com/2010/>. Acesso em: 2 maio 2020.
- TANI, G. Contribuições da aprendizagem motora à educação física: uma análise crítica. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 6, p. 65-72, 2001.

TEIXEIRA, A. Mestres de amanhã. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 92, out./dez.1963, p. 10-19. Disponível em: <http://www.prossiga.br/anisioiteixeira/artigos/mestres.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ABSTRACT: This text is the result of studies carried out in the subject “Childhood, Early Childhood Education and Teaching”, of the Postgraduate Program in Education (PPPGE) of Universidade Católica Dom Bosco / UCDB. It aims to make considerations about some pedagogical practices of the Physical Education teacher with children from Special Education in Early Childhood Education. The study, of bibliographic character, discusses theories focused on Early Childhood Education, Physical Education and Special Education. The pedagogical practices of the Physical Education teacher in Early Childhood Education and with children with disabilities are subject to research aimed at expanding knowledge about Special Education children, who must also participate together with the teacher in their learning and development process.

Keywords: Physical Education, Early Childhood Education, Special Education;

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS DEL PROFESOR DE EDUCACIÓN FÍSICA CON NIÑOS CON DISCAPACIDAD EN EDUCACIÓN INFANTIL

RESUMEN: Este texto es el resultado de los estudios realizados en la asignatura “Infancia, Educación y Docencia en la Primera Infancia”, del Programa de Posgrado en Educación (PPPGE) de la Universidad Católica Dom Bosco / UCDB. Tiene como objetivo hacer consideraciones sobre algunas prácticas pedagógicas del docente de Educación Física con niños de Educación Especial en Educación Infantil. El estudio, de carácter bibliográfico, analiza teorías centradas en Educación Infantil, Educación Física y Educación Especial. Las prácticas pedagógicas del docente de Educación Física en Educación Infantil y con niños con discapacidad son objeto de investigaciones encaminadas a ampliar el conocimiento sobre los niños de Educación Especial, quienes también deben participar junto con el docente en su proceso de aprendizaje y desarrollo.

Palabras clave: Educación Física, Educación Infantil, Educación Especial;

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

RESUMO: Este texto resulta dos estudos realizados na disciplina “Infância, Educação Infantil e Docência”, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPPGE) da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB. Tem por objetivo tecer considerações sobre algumas práticas pedagógicas do professor de Educação Física com crianças da Educação Especial na Educação Infantil. O estudo, de caráter bibliográfico, discute teorias voltadas à Educação Infantil, Educação Física e Educação Especial. As práticas pedagógicas do professor de Educação Física na Educação Infantil e com crianças com deficiência são passíveis de pesquisas que visem ampliar os conhecimentos sobre as crianças da Educação Especial, as quais devem também participar junto com o professor no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação Física, Educação Infantil, Educação Especial;